

Haddad vai para Fazenda e prioriza regra fiscal

Orçamento de 2023 e nova regra fiscal são primeiros desafios para Haddad

Futuro ministro começa a montar equipe e praticamente descarta meta rígida de dívida pública

Alexa Salomão e Fábio Pupo

BRASÍLIA Anunciado nesta sexta (9) pelo presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), como futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad tem a partir da próxima semana um desafio duplo. Contribuir para resolver o imbróglio do Orçamento de 2023 enquanto prepara as primeiras definições para a missão da pasta.

A lista de tarefas, que inclui reformas de longo prazo que mexerão de forma imediata com diferentes interesses, está sendo iniciada pela montagem de sua equipe econômica. A expectativa é que sejam buscados nomes da política, da academia e da economia paulistanas — onde está boa parte de seus aliados.

Entre os nomes que têm bom trânsito com o futuro ministro são cotados — não apenas para a sua pasta mas para diferentes funções na área econômica —, estão profissionais de diferentes matizes.

Guilherme Mello, que participou da elaboração do programa de governo e está no grupo de transição da economia, Gabriel Galpoldo, ex-presidente do banco Fator e integrante do grupo de transição da infraestrutura, Marcos Cruz, que atuou na consultoria global McKinsey & Company e foi secretário de Finanças de Haddad na Prefeitura de São Paulo, Bernard Appy, ex-secretário da Fazenda nas gestões anteriores de Lula e especialista em tributação (e autor de uma das principais ideias de reforma tributária em discussão hoje no país).

"Tenho de ter uma equipe plural, que vai depender muito da escolha do presidente para o Planejamento. Preciso combinar com o futuro ministro do Planejamento para gente ter uma equipe coesa", disse Haddad nesta sexta.

Ainda que aos olhos do mercado o PT pareça distante do receituário liberal pregado por estandartes como o Banco Mundial, que entregou nos últimos dias plano com sugestões do gênero para Haddad, o partido e o próprio futuro ministro mostram disposição para seguir com as reformas.

A seguir, esses e outros desafios do novo ministro com as primeiras indicações de como eles serão enfrentados.

Prazo corre para fazer novo arcabouço fiscal

A formação do novo arcabouço fiscal é considerada a grande tarefa após a posse. À mudança, que já era uma vontade expressa por membros do PT desde 2021, virou um compromisso expresso na PEC (proposta de emenda à Constituição) da Transição, que passou pelo Senado e precisa ser aprovada na Câmara.

O texto até agora diz que o presidente da República em caminhará ao Legislativo até



O presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, anuncia Fernando Haddad como futuro ministro da Fazenda. Pedro Ladeira/Folhapress

31 de agosto de 2023 um projeto de lei para "instituir um regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do país e criar as condições adequadas ao crescimento econômico".

A PEC prevê ainda que, ao ser sancionada tal lei, fica automaticamente revogado o texto de gastos.

Na prática, isso significa que a equipe econômica terá apenas dois meses para definir os parâmetros do novo arcabouço fiscal e produzir uma nova legislação fiscal e consolidar o consenso econômico e apoio político para a proposta. Segundo Haddad, as discussões vão mobilizar a nova equipe já na largada dos trabalhos.

"Teremos dois ou três meses para discutir com a equipe [o novo arcabouço fiscal]", disse Haddad à Folha. "É uma decisão de governo, não da transição, que aponta necessidades e projeta cenários."

O debate será intrincado porque há muitos modelos e opiniões sobre o tema. Desde que Lula foi eleito, já vieram a público ao menos cinco desenhos — sendo dois do Ministério da Economia, embora um deles do núcleo duro do corpo técnico do Tesouro.

O grupo de economistas da transição, que reúne Persio Arida, André Lara Resende, Nelson Barbosa e Guilherme Mello, além de entregar o diagnóstico da Economia, também já está redigindo sugestões para a elaboração desse novo arcabouço. Segundo Haddad, os pilares ainda estão em discussão.

"Restrições, só ouvi em relação à ideia de meta de dívida."

O grupo da transição entende que trajetória de endividamento a longo prazo é parte de um regime fiscal, mas não considera adequado estabelecer uma meta fixa, uma vez que a relação entre dívida e PIB depende de inúmeros fatores que estão fora do controle do governo. Além do próprio resultado do PIB, a lista inclui os impactos de inflação, juros, câmbio, swaps cambiais, operações compromissadas do Banco Central e até decisões do STF.

Na União Europeia, por exemplo, há indicativos de longo prazo para a dívida que, se rompidos, demandam a apresentação de um novo plano fiscal. Não há indicador engessando a meta.

Hoje, o endividamento bruto do país é de 76,8% do PIB, e o patamar tende a crescer com a expansão de gastos programada para os próximos anos.

Acomodar os valores da PEC no Orçamento de 2023

Na reta final do ano, após o PT ter conseguido a aprovação da PEC no Senado, o desafio é manter uma postura política com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e evitar uma desidratada do texto na Casa. Logo após a aprovação, a equipe econômica de Lula — a qual Haddad será o principal representante — terá de negociar com o Congresso a definição de para onde vai o gasto extra permitido ao modificar a proposta orçamentária de 2023 enviada pelo governo Bolsonaro.

O Orçamento de 2023, mesmo com a futura ampliação do valor, permanece como

um quebra-cabeça financeiro. Basicamente, a PEC amplia o teto de gastos em R\$ 145 bilhões em 2023 e 2024 para o pagamento do Auxílio Brasil (que voltará a se chamar Bolsa Família) e libera R\$ 23 bilhões para investimentos fora do teto em caso de arrecadação extraordinária de receitas.

Com as adequações propiciadas pela PEC, será preciso fazer uma varredura para iniciar a recomposição financeira de cada pasta e equilibrar as necessidades para as políticas públicas com os interesses políticos do Congresso — principalmente as emendas de relator sobreviverem ao julgamento do STF.

"Espero que [Haddad] seja esperto para ajudar [na tramitação da PEC]. Espero, se fosse para atralpar, não seria indicado", afirmou Lula sobre a escolha do futuro ministro.

Desmembrar a Economia e manter diálogo com pares

Já está decidido que o atual Ministério da Economia será desmembrado em três pastas. Além da Fazenda, serão criados o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e o Ministério da Indústria, Comércio e Serviços.

Segundo o coordenador de grupos técnicos do gabinete de transição, o ex-ministro Aloisio Mercadante, ainda está em discussão como fica a estrutura do Planejamento. As áreas de gestão orçamentária e de pessoal, mais de curto prazo, podem ser separadas da área de estruturação de políticas públicas de longo prazo.

Haddad já disse que antes de tomar as primeiras decisões

Indicado defende agenda forte, reforma tributária e acordo Mercosul-UE

Fernando Haddad usou sua trajetória enquanto prefeito de São Paulo, de 2013 a 2016, para rebater as desconfianças do mercado financeiro sobre responsabilidade fiscal. "Olha o 'investment grade' [espécie de nota de bom pagador dada por consultorias] da Prefeitura de São Paulo: fui o primeiro prefeito a conseguir grau de investimento no país. Se você não olhar para a trajetória da pessoa, vai cair em fake news. Para que mais fake news? A etapa da fake news já acabou", afirmou Haddad, em resposta sobre o que diria a quem teme um "ministro gastador", como é visto por uma ala de analistas do mercado.

A frente da pasta econômica, Haddad diz que a retomada de acordos internacionais, a definição de um novo arcabouço fiscal (regras para evitar o aumento da dívida pública em relação ao PIB), em substituição ao teto de gastos, e a reforma tributária são prioridades para a nova administração. "O importante é a gente ter uma agenda para 2023 forte, recuperar os acordos internacionais que estão parados, sobretudo União Europeia, a questão do arcabouço fiscal e a questão da reforma tributária, como grandes movimentos nossos", disse.

Colocar em marcha a reforma administrativa

Cidade entre economistas do PT como necessária para baixar os salários de entrada no poder público e aumentar o tempo de progressão de carreira, a reforma administrativa é defendida por Lula e vai exigir do partido um significativo esforço de convencimento para que o tema não vire uma batalha contra os servidores.

Novamente aqui, afiniação entre Fazenda e Planejamento será fundamental.

quer sentar para conversar com seu par no Planejamento.

A busca de afiniação desses três entes sempre foi desafiadora. Recompôr a estrutura significa dividir funções e poderes hoje concentrados e conseguir equilíbrio entre as demandas de cada pasta que chegam a ser opostas.

Um exemplo. Quem atua na macroeconomia no governo eleito, com um discurso típico do Ministério da Fazenda, diz que é necessário reduzir os gastos tributários, basicamente isenções, que já estão na casa de R\$ 450 bilhões por ano. No entanto, as correntes que defendem a ação do Estado em favor da economia, normalmente abrigadas no Ministério da Indústria, Comércio e Serviços, já falam sobre a necessidade de impulsionar alguns setores.

Fechar consenso para destravar a reforma tributária

O debate sobre o novo arcabouço fiscal está vinculado a uma reforma tributária, principal teia em que Haddad bateu conforme cresce a especulação sobre a Fazenda.

A reforma é defendida por ele como necessária para reduzir o custo Brasil. Haddad diz ser possível aprovar no primeiro semestre uma das propostas que estão no Congresso.

O problema é que, como toda reforma, enfrentará os diferentes interesses envolvidos. A PEC 45, que o PT sinaliza como sua preferida, sofre resistências de quem se fortaleceu no Congresso. Os empresários do comércio temem o tamanho da alíquota resultante da fusão de impostos, os dos serviços preferem a criação de um imposto digital com uma desoneração da folha de pagamento, e os da agricultura a considerarem terrível por haver efeitos como a oneração da cesta básica e a tributação de insumos hoje isentos.

A discussão será ainda mais desafiadora se houver aumento da carga tributária, o que é uma possibilidade real diante do tamanho dos ramos fiscais que se desenharam.

Nelson Barbosa, ex-ministro da Fazenda e da Economia e atual integrante da equipe de transição, já disse em entrevista à Folha sobre a nova regra fiscal que "o gasto tem que ser compatível com a carga tributária que a sociedade aceita pagar, então depende do que a sociedade vai aceitar na reforma tributária".

A procura por mais arrecadação por meio de elevação da carga tributária teria como barreira a resistência da população, mas pesquisas indicam que haveria mais aceitação se as maior cobrança se restringir às classes mais altas.

Colocar em marcha a reforma administrativa

Cidade entre economistas do PT como necessária para baixar os salários de entrada no poder público e aumentar o tempo de progressão de carreira, a reforma administrativa é defendida por Lula e vai exigir do partido um significativo esforço de convencimento para que o tema não vire uma batalha contra os servidores.

Novamente aqui, afiniação entre Fazenda e Planejamento será fundamental.

Leia mais na pág. A19

Nomeação indica pragmatismo, diz Trabuco, do Bradesco

Lucas Bombana e Renato Carvalho

SÃO PAULO A nomeação de Fernando Haddad para a Fazenda indica a intenção do governo eleito de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de conciliar a responsabilidade fiscal com a responsabilidade social, na avaliação de Luiz Carlos Trabuco, presidente do conselho de administração do Bradesco.

Em nota, Trabuco disse que a nomeação mostra "intenção de mediar os naturais conflitos existentes na condução econô-

mica de um país complexo como o Brasil pela via do pragmatismo". Não foi outra a razão de Haddad não como prioridades a reforma tributária e os desafios do crescimento econômico. Sinaliza um perfil de alguém que olha para o equilíbrio entre as demandas sociais urgentes e a responsabilidade fiscal necessária.

O nome de Haddad já era tido como o favorito para a Fazenda ao longo das últimas semanas, com o ex-prefeito tendo participado no final de novembro de almoço de final de

ano da Febraban (Federação Brasileira de Bancos) representando o presidente eleito.

Em nota publicada nesta sexta, a Febraban diz que Haddad é um político experiente e afeto ao diálogo que "já assumiu compromisso com o crescimento, agenda social e responsabilidade fiscal, como demonstrou em discurso durante o almoço anual de dirigentes de bancos".

Ricardo Teixeira, coordenador do MBA de gestão financeira da FGV, também vê em Haddad um perfil conciliador.

"Apesar de ter formação econômica, Haddad não é um técnico, o que pode ser positivo. Quando se atua de forma ponderada, os resultados tendem a ser bons".

Teixeira afirma que, em qualquer governo, as decisões finais são do presidente, e, com a experiência de gestor, Haddad pode ajudar Lula a tomar decisões econômicas mais equilibradas.

O coordenador da FGV acredita que o ministro do Planejamento terá um perfil mais técnico e que as decisões econô-

Coaf deve ir para Justiça ou Fazenda, afirma Flávio Dino

"Hoje o Coaf está sob autoridade do Banco Central, é uma localização esquisita, eu diria, porque hoje o BC tem a chamada independência. Não é propriamente atribuição da autoridade monetária, que já tem tantos deveres, cuidar de mais isso", disse o futuro ministro da Justiça, em entrevista à GloboNews.

micas serão tomadas por um "colegiado", composto também pelo ministro de Indústria e Comércio. Os dois nomes não foram anunciados.

Ricardo Balistiero, doutor e professor de economia do Instituto Mauá de Tecnologia, acredita que Haddad terá um papel importante no início do governo, especialmente nas negociações com o Congresso. "Importante lembrar que Haddad levou a Prefeitura de São Paulo a atingir o grau de investimento. Ele tem histórico de responsabilidade fiscal."

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado **Caderno:** A **Página:** 17